

A casa como sistema de comunicação: o caso da habitação social¹

Ben-Hur Bernard Pereira COSTA²

Maria das Graças Pinto COELHO³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN

Resumo

Dentro de uma perspectiva mais compreensiva da comunicação, pode ser visualizada a ascensão de diversos fenômenos como elementos que realizam a comunicação. Para além dessa ação, a casa, que por si mesma possui status de meio de comunicação, segundo McLuhan, também funcionaria como um sistema. O lar é a substância simbólica dessa comunicação, mas a casa, que é a estrutura que comprime esse conteúdo, também possui responsabilidade sobre a dinâmica da comunicação e sua fluidez na habitação. Assim, os programas de habitação social, mais especificamente o Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, também precisam ser compreendidos sob essa ótica, já que seu destino é indiscriminado, de construção generalista, sendo que a casa precisa abrigar algo tão único como o lar.

Palavras-chave: casa; sistema de comunicação; habitação social; lar.

A comunicação entre paredes

Segundo a teoria metapórica, de Marcondes Filho (2011), a comunicação só acontece na presença ou ausência do outro, este, porém, não precisa ser uma pessoa, mas pode ser um objeto inanimado, por exemplo. Assim, a casa poderia ser – a depender de quem efetua essa interação, ou falta dela – um agente que realiza a comunicação. De uma forma geral, a casa transmite informações, sendo algumas delas bastante interpretativas, como a luz elétrica acesa, que vista de fora pode denunciar que há alguém em seu interior; ou seu estilo arquitetônico, que pode indicar gostos, época, classe social e cultura. Mas a casa, em seu interior, é ainda mais transmissora de informações, que se firmam como opiniões, posições e valores, pois não há apenas emissão e recepção de ideias, mas apropriação e transformação entre seus moradores e o espaço, que se alteram e são alterados.

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da UFRN. E-mail: bernardcosta89@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002). Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. E-mail: gpcoelho8@gmail.com

Assim, a casa não serviria apenas para resguardar a família das intempéries e lhe trazer privacidade, mas também seria um espaço de produção, apropriação e de aplicação de uma moral própria para cada grupo de moradores. A casa seria, portanto, um sistema de comunicação que além da transmissão de informações, realizaria, de fato, a comunicação como ambiência, pois ela se estabeleceria como um constante acontecimento.

Quando Heráclito sugere que não há pessoas nem coisas, apenas acontecimentos (na nossa linguagem: apenas relações), quando Husserl formula a possibilidade de uma ciência do transitório, quando Bergson aposta na possibilidade de um saber assentado no movente, em todas essas circunstâncias a ideia é a de que se pode delinear o que define a comunicação sem inseri-la numa camisa de força, sugerindo apenas as circunstâncias em que ela é favorável, deixando o campo aberto para as ocorrências arbitrárias, espontâneas, livres. Estamos aqui, então, diante de um conceito de ser mais próximo a uma postura heideggeriana que, refutando a metafísica, aposta na possibilidade de um ser enquanto movimento, temporalidade e permanente transformação (MARCONDES FILHO, 2011, online).

Na casa, essa comunicação não seria efêmera a ponto de alterar com rápida frequência e de forma abrupta a moral que se impõe e que se transmuta em seu interior e em suas extensões, mas a casa se mostra sempre aberta para as transformações pessoais e sociais. O que se confunde, porém, é quem realmente muda, a casa ou o lar? O que se entende por casa é a sua estrutura física, sua espacialidade e limites bem definidos, inclusive no que diz respeito à casa e a rua – propriedade privada e espaço público. O lar compreende a trama de significações que são produzidas dentro da casa e transportadas para ela.

O lar é o não-espaco da casa. Ritualizado e mítico, o lar é a alma da casa e o paraíso de nossa individualidade privada. [...] O lar caracteriza-se por ser um espaço imaginário, simbólico; um conjunto de práticas concretas e rituais imaginários que fazem de minha casa algo sem igual (LE MOS *apud* REQUENA, 2007).

Então o lar é o que, na verdade, se configura como um sistema de comunicação e não a casa, já que hoje a comunicação se institui cada vez mais como uma ciência do acontecimento, muito mais que uma ciência dos meios ou da informação comercializada, segmentada em habilitações das escolas de comunicação.

A partir dessa perspectiva, de ver comunicação como algo virtual, como mera possibilidade, como ocorrência imprevisível e livre, a proposição da

Nova Teoria sugere que a relação filosófica entre sujeito e objeto sofra, mais uma vez, uma reelaboração (MARCONDES FILHO, 2011, online).

Outros autores também já expuseram a necessidade de uma ciência da comunicação mais compreensiva, para que ela mesma consiga dar conta dos processos comunicacionais:

Há, na relação comunicativa, mais do que informação que se deixa veicular pelo enunciado e, “portanto, além do que se dá a conhecer, há o que se dá a reconhecer como relação entre duas subjetividades, entre os interlocutores”. Na prática, a questão, colocada com a nobreza que lhe é devida, é a de saber “quem é, para mim, esse Outro com quem eu falo e vice-versa”. Em resumo, “esta é a situação enunciativa da qual não dão conta por inteiro a racionalidade lingüística nem as muitas lógicas argumentativas da comunicação”, afirma Sodré (2006:10). Releva a significação humana e cognitiva do afeto, das “estratégias sensíveis”, nesse domínio de tantos acidentes geográficos [...] (KÜNSCH, 2008, p. 48).

Essa é também a substância do lar, pois ele é justamente esse não-espaco, mas ao mesmo tempo ocupa um território quase delimitado (pela casa), onde se produz conhecimento e transmissão de valores. Esse sistema composto de estrutura física e pessoas se estabelece no lar, que ao mesmo tempo que é material, quando atribuímos à uma peça de mobiliário um valor funcional-estético, também é imaterial, quando sua razão de ser dentro do lar também se põe sob o valor afetivo. Essa relação que parece dicotômica, na verdade expõe uma comunicação por via de mão dupla entre morador e objeto, pois este também comunica, até porque sua razão de ser dentro da casa pode estar além da percepção do sujeito, pode ser anterior a ele, inclusive. Uma poltrona de um ente falecido, ou o porta retrato ostentando memórias de um tempo que nunca se viveu e que só pode ser acessado pelas histórias que se contam pelos mais velhos e pela própria fotografia.

O lar se impõe pelas pessoas, que alteram sua moral a todo momento, mas os objetos e a casa também se impõem. No caso das paredes, que se mantêm rígidas e imperiosas quanto ao fluxo das pessoas, da comunicação e dos objetos, é um exemplo de que o lar possui condicionantes para seu funcionamento. O lar, então, seria um organismo vivo aberto, mas que assim como uma estrutura biológica comum, não estaria passível a todo tipo de transformação. Dentro do lar haveria, então, uma conduta moral e física – sendo que ambas se confundem – de como comunicar dentro desse sistema. As portas e janelas mediarão transmissões, bem como os aparelhos eletrônicos e digitais.

Então se desconsiderarmos o material humano nesse sistema, a casa por si só seria um modelo que normatiza o fluxo da comunicação em seu interior? A questão é que sua própria estrutura é pensada sob um viés humano, logo não há como desconsiderar o

morador. Mas então a casa é construída para justamente condicionar a comunicação de quem a idealizou? Ou seja, quem constrói a casa a faz para justamente se autorregular? Ao discutir sobre a relação de diferenças entre a casa e a rua brasileiras, DaMatta (1986) expõe uma série de apontamentos sobre como se dá a ordem dentro do lar e de como, no imaginário tradicional do país, essas relações se regulam. Um dos exemplos de maior interesse para esta pesquisa, discutidos pelo autor, é acerca dos limites existentes no lar e suas implicações para a comunicação. Diz DaMatta que algumas discussões que podem comprometer a tranquilidade familiar não ultrapassam algumas barreiras físicas como a mesa, salas íntimas e muito menos os quartos. Já espaços como varanda e quintal, continua DaMatta, são propícios para qualquer alteração, pois são “locais marginais da casa, posto que situados entre o seu interior (cujo calor revela a igualdade de substância e de opiniões das pessoas que ali residem) e a rua” (DAMATTA, 1986, p. 28).

Assim, não só a casa de uma forma geral seria um sistema de comunicação com regras preestabelecidas, mas mais especificamente o lar brasileiro, de acordo com suas tradições. No exemplo de DaMatta, percebe-se que não só as pessoas firmam regras para criar uma corrente comunicativa, mas as próprias coisas, espaços e direcionamentos funcionais também se estabelecem como reguladores das relações. Eis aqui algo que também pode ser levantado sobre as diferenças entre os lares, visto que cada família é diferente, mesmo que habitando casas semelhantes: as informações pacíficas ou “neutras” são diferentes entre os moradores e mais diferentes são em relação à outras famílias. Então cada sistema de comunicação teria uma normatização única.

Em um veículo de comunicação, como um jornal impresso, são criadas formas de se contar a notícia, criando-se um padrão único para ela, um manual de redação ou de estilo, e que fixa não só esteticamente, mas editorialmente a linha do grupo jornalístico. Na casa, por meio do apontamento de DaMatta, esse manual existe, mas talvez não esteja expresso de forma clara, mas não por isso deixa de ser legítimo. Os ambientes íntimos e de serviços, por si só, concretizam suas funcionalidades, que conseqüentemente explicita uma moral que se estende por toda a casa.

É o que DaMatta (1986) afirma, que a casa estaria estruturada sob uma forte moral. Ainda se utilizando da analogia anterior, tal moral poderia ser compreendida como a linha editorial e o manual de estilo, mas que não se têm fixos em nenhum lugar ou momento do lar, mas o autor continua seus apontamentos discutindo sobre a autoridade dentro da casa, que seria dos homens e os mais velhos. O tempo e espaço, que de uma forma geral são

registrados por relógios, na casa as fotografias registram esse tempo. E ainda, relembra o autor, de uma figura tipicamente brasileira e que também se faz presente dentro da casa, que é o “agregado” – aquele parente distante, ou amigo íntimo.

É sabido que tais pontos do autor se concretizam na realidade, não só em ações propriamente ditas, mas também propagadas pelo senso comum. Mas se essas questões se impõem como marcos reguladores dentro do lar, fica mais que claro que as mudanças nesse sistema de comunicação se alteram sim, de acordo com as mudanças sociais, a evolução tecnológica e as transformações pessoais da família. A exemplo daquela que pode ser a principal revolução nesse sistema, que é a liderança da mulher como chefe da família ou pessoa de referência, a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que, no Brasil, 19,4% das famílias nucleares (pai, mãe e filhos) são mantidas por elas, já em 2012, contra 4,6% em 2002. Em famílias monoparentais, as mulheres passaram de 6,1% em 2002, para 18,9% em 2012, como mantenedoras únicas. Já as famílias de uma forma geral, no país, avistaram o crescimento de 28% em 2002, para 38% em 2012, das mulheres que se tornaram chefes de família (UOL, 2013, online). Só nesse aspecto, a casa brasileira, de uma forma geral, tem sua sistemática comunicacional alterada. O que pode parecer apenas uma questão sociocultural, seus impactos são sentidos dentro da hierarquia familiar e, por conseguinte, na forma como o lar se autorregula.

Ainda seguindo a lógica descrita por DaMatta sobre o papel de memória e de registro do tempo que as fotografias exercem, basta que seja lembrado o avanço da fotografia digital, da banalização da manipulação de sua imagem e a queda da cultura de exposição em porta-retratos. Caberia, então, investigar que alterações o tempo registrado no lar sofre nessa nova conjuntura, ou se a fotografia simplesmente não seria mais o ponteiro desse relógio. Os agregados, segue o autor, em movimento de compensação pela acolhida, são responsáveis por salvar a família, certificando-se de sua segurança e conforto. Função semelhante é praticada pelos aparelhos eletrônicos e equipamentos de automação residencial, que abrem e fecham portas e portões, ocupam lugares cativos dentro da casa e que possuem a capacidade de estender o morador para outro lugar, ou de trazer alguém para dentro de casa, por meio de mensagens eletrônicas de voz e vídeo.

O lar é a comunicação, mas é a casa quem regula

Porém, no que se refere ao funcionamento da casa como uma ambiência de comunicação, a casa como estrutura ainda se institui como uma das principais agentes de transformações na regulação desse lar. É possível identificar, atualmente, que existe um processo de redução do tamanho dos imóveis (RICHARDSON, 2007) e a demanda é muitas vezes maior que a própria oferta (BORGES, 2009). Apartamentos tipo “quarto e sala” são frequentemente ofertados e seus públicos alvos são pessoas solteiras, separadas e viúvas. Estudantes de outras cidades também buscam casas menores (LEÃO, 2010), assim como recém casados integram o quadro de perfis possíveis para esse tipo de imóvel, atraídos por preços mais baixos (BORGES, 2009). Inevitavelmente ao pensarmos em pequenas residências dirigimos nossa atenção aos apartamentos e não por acaso, visto que os espaços urbanos seguem cada vez mais conflituosos quando o assunto é acomodação de mais pessoas; assim, não por acaso a solução aparentemente é viver na vertical (RICHARDSON, 2007).

Esses fatos têm propiciado adoção de ambientes multifuncionais, ou seja, cômodos que abrigam mais de uma função, como o quarto, que pode ser escritório ao mesmo tempo, ou pode apenas ser um sofá-cama, que ora se configura como sala-de-estar, ora como quarto. Um dos modismos do mercado imobiliário criou a “cozinha gourmet”, para se receber visitas em um espaço que antes era escondido nos fundos da casa. Toda essa reviravolta põem em cheque a tradicional casa brasileira discutida por DaMatta (1986), tornando-a mais próxima da “habitação” que McLuhan traz a tona ao instituí-la como extensão. O pensador vai além, ele a põe como um meio de comunicação:

O vestiário e a habitação, como extensões da pele e dos mecanismos de controle térmico, são meios de comunicação – antes de mais nada – porque moldam e recombina as estruturas da associação e da comunidade humanas. As várias técnicas de iluminação e aquecimento não parecem senão dar maior flexibilidade e alcance ao que já é princípio básico na roupa e na casa – a saber, a extensão dos mecanismos de controle térmico de nosso corpo, de modo a permitir-nos atingir um certo grau de equilíbrio num ambiente cambiante (MCLUHAN, 2002, p. 149).

Assim, instituindo a “habitação” como um meio de comunicação, McLuhan traz novas possibilidades para se pensar a casa além da sua função de abrigo e aprofunda suas questões para além das transformações físicas e sociais e a torna em um equipamento

técnico de extensão das pessoas. O autor contextualiza as transformações estruturais ao fazer o comparativo entre a habitação do “homem tribal” com a do “homem letrado e civilizado”, ao expor que este “tende a restringir o espaço e separar as funções, enquanto o homem tribal livremente projeta a forma de seu corpo para abranger o Universo.” (2002, p. 145).

De fato, essa separação por cômodos, a fim de limitar suas funções, está associada a uma ideia de progresso social. Ainda hoje, mesmo as famílias diferenciando-se umas das outras, a casa vem sendo estruturada praticamente da mesma forma. Requena, com base em Tramontano (2007), discorre sobre o “modelo burguês parisiense” que se alastrou por todo o mundo ocidental, ainda no século XIX, inclusive aqui no Brasil. Este modelo consiste numa “configuração tripartida em setores *social, íntimo e de serviços*” (REQUENA, 2007, p. 20). Esse modelo estaria, portanto, em crise. Obviamente esses espaços pré-planejados apontam para necessidades comuns a qualquer pessoa e a qualquer família, mas se a estrutura física da casa incide diretamente, como já vimos, no funcionamento do lar e da família, questiona-se se é certo previamente destinar os ambientes físicos para suas respectivas atividades.

Com a expansão do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e equipamentos de automação nos lares, da redução dos espaços internos das moradias nos centros urbanos, propiciando a multiutilização criativa dos cômodos – e também das transformações sociais que incidem na estrutura das casas – a habitação contemporânea está cada vez mais próxima de voltar a ser uma extensão mais efetiva, ao invés da fragmentada, concebida pelo “homem letrado”. McLuhan expõe que para o “homem tribal” a sua habitação era como a imagem de seu próprio corpo e do Universo ou cosmo (2002, p. 145), assim a compartimentação da casa seria como a instalação de ruídos nesse sistema de comunicação, pois o morador não teria acesso total ao seu “cosmos aberto”.

Tendo aceitado uma tecnologia analítica da fragmentação, o homem letrado não encontra acesso às estruturas cósmicas tão facilmente quanto o homem tribal. Prefere os espaços separados e compartimentados ao cosmos aberto. Está menos inclinado a aceitar seu corpo como modelo do Universo, ou a ver a sua casa – ou qualquer outro meio de comunicação – como uma extensão ritual de seu próprio corpo (MCLUHAN, 2002, p. 154).

O lar é um organismo vivo e, portanto, não parece mais haver sentido em montá-lo com limitações prévias, sendo que cada morador e famílias são únicos e podem ter necessidades outras, que não são contempladas com a prévia delimitação de espaço. A ideia

de espaços multiusos e de mobiliário multifuncional, que são alguns dos aspectos que tornam essa retomada da “casa como cosmos aberto” algo contemporâneo, na verdade já era vivenciada há algum tempo. Folz e Martucci (2005) indicam que na Idade Média, nas casas ocidentais, era comum existir um grande cômodo onde era realizada a maioria das atividades cotidianas dos moradores, como dormir, cozinhar, se alimentar e se entreter. O mobiliário era projetado com a finalidade de suportar essa flexibilidade.

Os poucos móveis que existiam neste cômodo ofereciam certa versatilidade ou por serem desmontáveis ou por possuírem mais do que uma função como os bancos-baús que serviam como assento e para armazenagem. (FOLZ e MARTUCCI, 2005, p. 2).

Esse modelo vigorou até o século XIX, quando os cômodos se compartimentaram e assumiram funções distintas (FOLZ e MARTUCCI, 2005). A arquitetura moderna do início do século XX, porém, mesmo tendo imposto um modelo *standart* de casas e que já se utilizavam do modelo tripartido (REQUENA, 2007), ao menos no Brasil, também realizou experimento de casas com interiores mais abertos e de flexibilização dos espaços. O exemplo mais icônico desse período é a residência Schröder, em Utrech, de 1924, projeto de Gerrit Rietveld.

A obra-prima [...] surge diante de nós como uma composição abstrata de planos que se entrelaçam. O espaço da sala de estar, no primeiro andar, integrou o mobiliário e as paredes, as quais se erguem em ângulos retos, para permitir que esse mesmo espaço se modifique em sua amplitude, fracionando-se em espaços menores (DEMPSEY, 2003, p. 121).

Na década de 1960 surgiu o grupo inglês Archigram, de jovens arquitetos, que subverteram a arquitetura radicalmente, principalmente no sentido de solidez e durabilidade que as construções sempre tiveram, pois o grupo defendia a efemeridade, a constante mudança das moradias, bem como das cidades. Eles acreditavam que a cidade era como um organismo vivo, que deveria acompanhar as mudanças tecnológicas (SILVA, 2010). Um de seus maiores expoentes, Peter Cook, idealizou, em 1964, o projeto *Plug-in City* (Cidade Interconexa), que, segundo Silva (2010), consistia numa cidade tentacular construída a partir de uma megaestrutura em forma de rede, erguida com produtos pré-fabricados. Esses elementos interligados seriam módulos ou cápsulas móveis que poderiam ser substituídas ao longo do tempo, a medida em que entrassem em “desuso”.

[O nome Archigram] vem da junção entre as palavras architecture e telegram. A idéia era lançar uma publicação que fosse mais simples e mais ágil que uma revista comum e que tivesse a instantaneidade de um telegrama. Esta publicação mesclava projetos e comentários sobre arquitetura com imagens gráficas, cuja referência vinha do universo pop da TV, do rádio e das histórias em quadrinhos, como os space-comics, por exemplo. [...] Segundo Dominique Rouillard, o Archigram foi talvez o primeiro grupo de arquitetos a se lançar no mercado como um produto da mídia (SILVA, 2010, online).

Décadas antes do Archigram e sua “arquitetura conexcionista [...] [que] remete à organização de uma máquina ou de um computador.” (SILVA, 2010, online), o famoso arquiteto Le Corbusier, um dos mestres da arquitetura moderna mundial, já cunhava a célebre ideia de a casa ser uma “máquina de morar”, oriunda dos esforços de racionalizar e tornar funcional os espaços arquitetônicos (SZÜCS *et al*, 2007, p. 483). Logo, se a casa é uma máquina, do ponto de vista comunicacional, seria ela mera estrutura com funções delimitadas? Imediatamente, devido ao contexto já exposto anteriormente, a resposta seria não, já que é sabido que a casa é um organismo vivo, que vem se moldando a cada nova mudança social ou pessoal dos moradores. Porém, se máquina, ela não seria mero equipamento de automação, mas sim uma máquina aberta.

Rejeitando a ideia apocalíptica do ser humano como escravo das máquinas, Simondon (1989) discute uma relação de trocas entre eles. A máquina automática, que seria um objeto técnico fechado, com funções predeterminadas, não poderia oferecer resultados complexos, tal qual a máquina-casa oferece. Seria a casa, então, uma máquina aberta, dotada de uma sofisticação técnica. Um conjunto de máquinas abertas põe as pessoas como um intérprete das relações entre as máquinas (SIMONDON, 1989). Cabe questionar, logo, se a seria a casa uma unidade de máquina, que possuindo alta tecnicidade, se comunica com outras máquinas fora dela, ou se seria a casa o sistema de máquinas abertas, tornando-se um “conjunto associado”. A casa possui essa capacidade de associar outras máquinas, abertas e fechadas, de mídia, de automação e de funções predeterminadas, formando um sistema de informação.

Ao colocar o nosso corpo físico dentro do sistema nervoso prolongado, mediante os meios elétricos, nós deflagramos uma dinâmica pela qual todas as tecnologias anteriores – meras extensões das mãos, dos pés, dos dentes e dos controles de calor do corpo [o vestuário e a habitação], e incluindo as cidades como extensões do corpo – serão traduzidas em sistemas de informação (MCLUHAN, 2002, p. 77).

A casa, portanto, sistematiza o conjunto de objetos técnicos existentes em seu domínio, regulando informações, valores, pessoas e símbolos. O lar é o que há de mais substancial na habitação, mas a casa, pensada como uma máquina aberta, ou como ambiência – que como visto, comporta lares diferentes, mesmo aparentemente sendo uma construção semelhante a outras e com funções previamente elaboradas – é uma das agentes que, como um ambiente associado, aponta para as possibilidades comunicacionais no espaço.

Uma máquina política

Fazendo parte de uma conjuntura que extrapola seus limites físicos, a casa sofre influência direta e indiretamente das transformações sociais. Se a casa é um meio de comunicação (MCLUHAN, 2002) que regula seus usuários, ela também é regulada por morais diversas e uma das instituições que atuam nessa linha é o Estado. Um exemplo emblemático foi a experiência das primeiras agentes do Serviço Social no Brasil, no período do Estado Novo, entre as décadas de 1940 e 1950, a fim de instruir o trabalhador e a sua família para poder ter direito a acessar a nova sociedade que surgia. Entre as diversas competências das profissionais, uma delas consistia em instituir uma lógica para construção e uso das habitações, de acordo com uma ética cristã e de reprodução de uma ideia de como o proletariado deveria ser instruído para participar do Brasil novo e progressista (NASCIMENTO, 2006).

Atualmente, o exemplo mais substancial dessa relação habitação/Estado é a moradia de interesse social, que é resultado de uma ineficiência das habitações brasileiras, especialmente no que se refere ao alcance da distribuição de casas para a população com menor poder aquisitivo. Esse déficit inclui falta de moradia, precariedade das habitações, alugueis onerosos e adensamento dessas unidades (SILVA *et al*, 2010). Essa realidade brasileira foi detectada já no exemplo do Banco Nacional da Habitação (BNH) na década de 1970 (SILVA *et al*, 2010), mas obteve destaque nas atuais discussões referentes à construção civil, especialmente as moradias em centros urbanos. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de 2009, financiado em parte pelo Governo Federal é uma das iniciativas mais lembrada e apontada pelo sucesso da proposta política. A Caixa Econômica Federal atua como agente executor, mas o Programa ainda envolve outros atores como o Ministério das Cidades, o Ministério da Fazenda, o Poder Público Estadual e Municipal,

construtoras e um Executor do Trabalho Técnico Social (CAIXA, 2014, online). O objetivo é atender famílias com renda mensal até R\$ 1,600,00 (mil e seiscentos reais).

Em relação ao contexto estrutural, esses empreendimentos podem ser casa térrea ou apartamento e não ultrapassam os 40m²; exige-se ainda dos projetos apresentados: dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, sendo que as dimensões de todos os cômodos devem contemplar um mobiliário mínimo (CAIXA, 2014; SILVA *et al*, 2010). Tais especificidades são compreensíveis, visto que a proposta principal é facilitar o acesso à habitação para todos, fazendo com que o processo de construção funcione numa lógica *fordista* e também porque a unidade habitacional precisa atender de forma indiscriminada para cada usuário do Programa. Porém, o projeto já parte de uma não flexibilização dos cômodos, sendo que a arquitetura e o design de interiores já possuem experiências que se contrapõem a essa questão (BRANDÃO e HEINECK, 2003), otimizando os espaços e dando autonomia ao morador.

Em 2013, ao PMCMV, foi adicionado o Minha Casa Melhor, que é uma linha de crédito de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para os usuários que não possuem pendências no pagamento das parcelas da unidade habitacional, para que se possa equipar a casa com peças de mobiliários, eletrodomésticos e eletroeletrônicos. A iniciativa antecipa, com uma relação de itens, os tipos que podem ser adquiridos, tais como guarda-roupa, camas de casal e de solteiro, mesa com cadeiras, sofá, estante, móveis para cozinha, refrigerador, fogão, micro-ondas, lava-roupas, TV digital, computador e tablet (MINHA CASA MELHOR, 2014, online). Assim, o Programa institui não só a dinâmica comunicacional no lar, ao determinar um derivado do modelo tripartido (REQUENA, 2007) como projeto base da habitação; mas também que objetos técnicos e demais peças são os essenciais para a composição do lar.

A questão é que, como já visto, à casa deveria ser dada a liberdade de ela se alterar para receber esse novo morador, visto que ela é um sistema de comunicação regulador das pessoas, bem como os itens que a compõe. Ao criar o Minha Casa Melhor, se institui o engessamento de um só modelo de casa para todos, traçando uma situação de impedimento de novas possibilidades, já que o que se constrói em seu interior é decisivo para definir o fluxo comunicacional dessa família. Entende-se, porém, que se trata de um projeto político, mas mesmo assim, impede que cada morador invista o seu crédito naquilo que lhe parece mais adequado ao seu sistema de morar. A casa, que deveria ser única, pois cada uma abriga um lar único e que não pode ser reproduzido, torna-se, enfim, sob o exemplo das

habitações de interesse social, um equipamento matriz para todos os usuários, que de fato permite uma flexibilização, pois a relação das pessoas com seu lar é de mutação simbiótica e constante. Porém, esse modelo poderia permitir uma infinidade maior de possibilidades de comunicação.

REFERÊNCIAS

- BORGES, J. **Imóveis cada vez menores**. Disponível em <<http://www.catagua.com.br/noticia/imoveis-cada-vez-menores>>. Acessado em 21 jul 2014.
- BRANDÃO, D. Q.; HEINECK, L. F. M. Significado multidimensional e dinâmico do morar: compreendendo as modificações na fase de uso e propondo flexibilidade nas habitações sociais. In: **Ambiente Construído** v. 3, n-4. Porto Alegre: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, out.-dez. 2003. p. 35-48. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6932/1/2003_art_lfmheineck_significado.pdf>. Acesso em 21.jul.2014.
- CAIXA. **Programa Minha Casa Minha Vida - Recursos FAR**. Disponível em: <http://www.l.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/saiba_mais.asp>. Acessado em 21.jul.2014.
- DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro. Editora Rocco, 1986.
- DEMPSEY, A. **Estilos, escolas & movimentos**. São Paulo. Cosac & Naify, 2003.
- FOLZ, R. R.; MARTUCCI, R.. Interior da unidade habitacional mínima: design como instrumento para melhoria da habitabilidade. In: 3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM DESIGN, 2005 - Rio de Janeiro. **Anais... Anais...Rio de Anais... Janeiro: UniverCidade; ANPED; CAPES; FAPERJ, 2005. 1 CD-ROM.**
- KUNSCH, D. **Crise, compreensão e comunicação**: contra a certeza do pensamento avassalador. Líbero [Online], Volume 11 Número 22. 2009. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Crise-compreens%C3%A3o-e-comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 21.jul.2014.
- LEÃO, C. A. V. **Pequenos espaços, Grandes soluções**. Disponível em: <http://www.portaldoarquiteto.com/ponto-de-vista/celeste-valverde/pequenos-espacos-grandes-solucoes_4.html>. Acessado em 21.jul.2014.
- MARCONDES FILHO, C. De repente, o prédio falou comigo. anotações sobre experiências metapóricas em teoria da comunicação. In: **Anais da XX Compós**. 2011. Porto Alegre Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1656.doc>. Acesso em 21.jul.2014.
- MCLUHAN, M.. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo.

Cultrix, 2002.

NASCIMENTO, F. B. do. Lar e família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50. In: **Risco**: Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo. São Paulo: PPG do Dep. de Arquitetura e Urbanismo / EESC-USP, 2006. P. 43-156. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44656>>. Acesso em 21 jul 2014.

O que eu posso comprar?. **Minha Casa Melhor**. 2014. Disponível em: <<https://minhacasamelhor.com.br/>>. Acesso em 21 jul 2014.

REQUENA, C. A. J. **Habitar Híbrido**: Interatividade e Experiência na Era da Cibercultura. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. Disponível em <http://www.gutorequena.com.br/site_mestrado/habitar%20hibrido.pdf>. Acesso em 30 abr 14.

RICHARDSON, P. **XS ecológico**: Grandes idéias para pequenos edifícios. Barcelona. Editorial Gustavo Gili, 2007.

SILVA, A. T. da; MORO, P. R.; KERN, A. P.; GONZÁLEZ. M. A. S.; KOCH, D. B. Parâmetros de sustentabilidade e empreendimentos de habitação de interesse social. In: Anais do Congresso Internacional de Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social. Porto Alegre, Brasil: **Anais...** Porto Alegre: CAHIS, 2010.

SILVA, M. S. K. da. **Redescobindo a arquitetura do Archigram**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp231.asp>>. Acessado em 19 jul 2014.

SIMONDON, G. **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris: Aubier. Montaigne, 1989.

SZÜCS, C.; PEREIRA, G. M.; SILVA, C. de S. F. da; COSTA, M. Sustentabilidade social e habitação social. In: Anais do IV Encontro Nacional e II Encontro Latino-americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. Campo Grande, Brasil: **Anais...** Campo Grande: 2007.

EM dez anos, quadruplica percentual de mulheres que são chefes de família. **UOL**. 2013. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/11/29/em-dez-anos-quadruplica-percentual-de-mulheres-que-sao-chefes-de-familia.htm>>. Acesso em 21.jul.2014.